

## **Comunicação para a Mudança Social: Análise Teórica para as Rádios Comunitárias do Semiárido Piauiense<sup>1</sup>**

Elinara Soares Barros de SOUSA<sup>2</sup>

Wilza Gomes Reis LOPES<sup>3</sup>

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI

### **RESUMO**

A relação da comunicação com o meio ambiente deve ser discutida para se entender como essas duas áreas de pesquisa atuam e se inter-relacionam. Por isso, faz uma análise teórica dessa relação, destacando a comunicação comunitária a partir das rádios comunitárias localizadas no semiárido do estado do Piauí. No presente trabalho são levantadas discussões dessa relação desenvolvidas ao longo dos anos, discussões sobre o desenvolvimento do semiárido e contexto das rádios comunitárias legalizadas inseridas no semiárido piauiense, destacando quadro quantitativo das rádios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação para Mudança Social; Rádios Comunitárias; Comunicação Comunitária; Desenvolvimento.

### **Introdução**

O campo da Ciência da Comunicação dialoga diretamente com as Ciências Ambientais. Segundo Lima et al. (2015, p. 77), as mudanças globais são causas de novas problemáticas e os estudos no campo ambiental

Veem crescer a necessidade de lançar mão dos recursos de comunicação que garantam sua visibilidade na agenda pública, como também das melhores formas de gestão de informação e comunicação, e de estratégias de promoção de participação e mobilização social para avançar democraticamente.

A partir da relação comunicação e meio ambiente, Lima et al. (2015) afirmam que a especialidade em divulgar informações e conhecimentos que partem da compreensão do campo ambiental é denominada de comunicação ambiental e difere da comunicação de meio ambiente, que se limita à abordagem dos temas da área ambiental. Lima et al. (2015, p. 80) afirmam, ainda, que o conceito de comunicação ambiental

1 Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal do Piauí (UFPI), e-mail: elinarabarros@ufpi.edu.br.

3 Doutora em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: wilzalopes@hotmail.com.

“integra interesses e preocupações que convergem para o esclarecimento e, mais que isso, para o empoderamento dos cidadãos para intervir na realidade de forma mais consciente e/ou responsável”.

Dentre os meios de comunicação, o destaque na presente pesquisa é o rádio, mas especificamente as rádios comunitárias, em que esse empoderamento pode ser observado de forma mais evidente nas participações dos cidadãos na produção de conteúdo.

Na visão de Berti (2017, p. 113), a rádio comunitária “tem de estar inserida nos limites da comunidade, tem de ser pensada para os grupos sociais que ali vivem e, principalmente, servir a esses grupos”. Já Torres (2012, p. 312) afirma que rádio comunitária é um veículo de expressão social que opera em “mão dupla”, pois além de ouvir, dar à comunidade a oportunidade de participar efetivamente como produtor de conteúdo.

Com isso, a rádio comunitária deve ser mais do que uma simples repetidora de conteúdo, deve estar inserida na comunidade não somente fisicamente, mas possuir a participação de grupos pertencentes à comunidade, desde pedir uma música à participação na construção de sua programação.

Dessa forma, percebe-se que as rádios comunitárias têm uma função social de suma importância para a comunidade em que está inserida, principalmente a partir da participação efetiva na produção da rádio.

A importância do serviço de radiodifusão comunitária, para o atendimento da comunidade, é visualizada em seus objetivos, destacados na lei nº 9.612, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, (BRASIL, 1998, p. 1) e descritos a seguir:

- I - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Com isso, pode-se afirmar que as questões ambientais devem ser apresentadas e discutidas como parte do processo produtivo de uma rádio comunitária. Percebe-se,

ainda, a necessidade de se fazer uma interface, mais aprofundada, entre comunicação e meio ambiente, considerando a possibilidade que a comunicação passaria a ser vista como um instrumento importante nas ações que têm como foco o desenvolvimento sustentável, podendo ser utilizada nas políticas públicas, pelas organizações e na sensibilização e conscientização do cidadão.

Diante da importância dessas áreas de conhecimento, trazem-se neste artigo questões sobre a relação da comunicação comunitária, focada mais especificamente nos aspectos das rádios, com a percepção de desenvolvimento sustentável. O trabalho é dividido em quatro partes além da introdução: primeiramente traz a Comunicação para a mudança social, em que são levantadas as questões do uso da comunicação para sensibilizar o cidadão de questões importantes sobre o meio ambiente; em seguida traz-se o tópico sobre o desenvolvimento do semiárido, destacando como essa região vem sendo desenvolvida ao longo dos anos; em terceiro, traz-se em destaque as rádios comunitárias no semiárido piauiense, fazendo um levantamento do quadro quantitativo existente atualmente; e por último as considerações finais.

### **Comunicação para a Mudança Social**

Destacando a relação da Comunicação com as questões do desenvolvimento, percebe-se que a perspectiva predominante de desenvolvimento foi vinculada às questões econômicas, não sendo considerados aspectos globais. O campo da comunicação está inserido nesse contexto.

No entanto, as mudanças ocorridas ao longo dos anos na sociedade também são refletidas no conceito de desenvolvimento e no modo de fazer comunicação. Vinculada ao paradigma dominante, em que o desenvolvimento era centrado na modernização, nasce o modelo de comunicação denominado de difusionista, em que a comunicação é realizada no sentido de divulgar as inovações e incentivar as mudanças de hábitos e os meios de comunicação como rádio e televisão são tidos como importantes para a difusão desses novos padrões (PERUZZO, 2015).

Com essa visão, para Hansen (2011), os meios de comunicação de massa desempenham papel crucial em levar questões e problemas ambientais para a atenção pública e política, se destacando como “arena pública” para divulgar essas

problemáticas. No entanto, Lima et al. (2015, p. 215) trazem o dualismo existente no campo comunicacional:

[...] por um lado, destaca-se o aspecto estratégico da comunicação para a manutenção do discurso de desenvolvimento hegemônico, ao mesmo tempo que, por outro lado, a mesma comunicação é chamada para alertar a sociedade sobre os riscos de um consumo que não se sustenta.

Nesse sentido, Peruzzo (2015, p. 191) afirma que a denominada “comunicação para o desenvolvimento” possui perspectiva difusionista. Segundo Servaes (2012), Everett Rogers introduziu a teoria da difusão no contexto dos estudos e práticas do desenvolvimento. Servaes (2012, p. 21) afirma que “la modernización se concibe aquí como un proceso de difusión por el cual los individuos se mueven desde un estilo de vida tradicional a uno diferente, más técnicamente desarrollado y más rápidamente cambiante”. Esse modelo pode ser percebido nos dias atuais, em que a comunicação é focada a partir da divulgação de informações, não levando em consideração fatores que relacionam essa divulgação com o receptor, que não é mais um sujeito passivo.

Esse ponto de vista ratifica o que Hansen (2011) destacou sobre a importância dos meios de comunicação massivos e interpessoais na divulgação das inovações com vistas à “modernização” das sociedades “atrasadas”, buscando mudanças de hábitos. No entanto, Peruzzo (2015, p. 192) afirma que essa comunicação foi “sendo questionada e permeada por discursos e práticas comprometidos com um tipo de mudança social favorável ao desenvolvimento humano”.

Tufte (2013, p. 80) defende a existência de três gerações de Comunicação para o Desenvolvimento (ComDev):

A primeira é a da difusão de inovações, com foco na divulgação de informações e intimamente ligada à Comunicação de mudança de comportamento. A segunda é o foco nas habilidades para a abordagem de Comunicação, promovendo o desenvolvimento de habilidades para a vida ou competências centrais com base principalmente na Comunicação Educativa. A terceira é a da Comunicação para a transformação social, que emerge da pedagogia libertadora de Paulo Freire e os princípios da Comunicação dialógica.

Mesmo Tufte (2013) fazendo essa divisão das gerações, é importante deixar claro que uma não substitui a outra. Pelo contrário, é possível perceber a presença das três gerações em uma mesma sociedade.

Jan Servaes (2004 *apud* PERUZZO, 2015, p. 175), agrupa a relação entre as teorias de desenvolvimento e comunicação em dois grandes modelos: o difusionista e o participativo. Servaes (2012, p. 7-8) argumenta que a comunicação para o desenvolvimento sustentável possui enfoque limitado em relação a denominada comunicação para a mudança social, pois “este modelo de la difusión es una perspectiva vertical y de un sólo sentido de la comunicación y que la activa participación en el proceso de comunicación en sí mismo aceleraría el desarrollo”.

Segundo Tufte (2013), as relações de produção de conteúdo e audiência foram modificadas nos últimos anos e o desenvolvimento de novas mídias digitais alterou a relação de emissor e receptor nesse processo comunicacional. Diante dessa nova configuração social, Tufte (2013, p. 65) afirma que há o “ressurgimento de práticas ‘de baixo para cima’ (*bottom-up*) de Comunicação para mudança social, uma infinidade de ações em que voz, cidadania e a ação coletiva estão no centro do palco como valores essenciais, de princípios e práticas”.

Ao longo dos anos, são evidentes as mudanças ocorridas nos meios de comunicação, principalmente após a inclusão da tecnologia da informação (TI) e o maior acesso à internet. A participação da comunidade na produção de conteúdo se tornou cada vez maior, como pôde ser visto ao longo desses anos de inclusão da internet, seja através dos blogs, dos fotologs e das redes sociais. No entanto, destaca-se que a comunicação por meio da internet passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, mas não excluiu os meios de comunicação mais tradicionais, tais como a televisão e o rádio.

Foi possível verificar também as modificações ocorridas no modo de fazer desses meios mais tradicionais, havendo uma adaptação dos meios comerciais e a criação de diversas rádios e TVs comunitárias.

Quanto à maior participação dos cidadãos nas produções dos meios de comunicação, destaca-se a comunicação comunitária, que, segundo Peruzzo (2009 p. 56), “trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos”. A autora afirma ainda que a comunicação comunitária possui algumas características importantes: é baseada em princípios públicos, não tem fins lucrativos, há participação ativa da população, tem

propriedade coletiva e difunde conteúdos com finalidade de desenvolver educação, cultura e cidadania.

A partir dessa visão, percebe-se que o cidadão tem ação ativa na produção desse tipo de comunicação. Já não se fala em comunicação vertical, em que o que produz e o que recebe a informação estão em posições hierárquicas distintas. Pressupõe-se o estabelecimento de relações horizontais, sendo possibilitada ampliação da cidadania.

Diferentemente dos meios de comunicação comercial, que tem como objetivo o lucro, Berti (2014, p. 4) afirma que os meios de comunicação comunitários devem “fazer comunicação diferencial, preocupada e proativa à própria comunidade, falando dela, nela e para ela, mas também atenta com o que ocorre a seu redor e atuando em termos da construção da sociedade em geral, incluindo outras comunidades”. O autor ainda destaca que a comunicação comunitária não é caracterizada pelo meio de comunicação utilizada, mas pela intenção comunicacional, em que as comunidades são representadas e socialização do processo produtivo.

A partir da perspectiva de Servaes (2012), as rádios comunitárias devem estar incluídas no modelo participativo, em que se caracteriza não mais como uma comunicação vertical, de cima para baixo, mas de uma comunicação horizontal, em que o receptor passa a ser também produtor de conteúdo, discute a informação e não apenas a recebe.

Nesse aspecto, Peruzzo (2015, p. 186) afirma que, quando o desenvolvimento não está limitado ao progresso, “a comunicação ocorre como parte de dinâmicas transformadoras das condições de opressão social”.

### **Sobre o Desenvolvimento do Semiárido**

A partir disso, fala-se resumidamente sobre o desenvolvimento da região semiárida do Brasil. O termo semiárido tem como referência a questão climática predominante na região (ARAÚJO, 2011; TEIXEIRA, 2016). Já o termo sertão abrange significados que vão além desse limite espacial ou climático (TEIXEIRA, 2016), mas que considera também questões culturais e sociais. O sertão tem uma força mais significativa, mais ampla. No entanto, muitas vezes, é possível verificar o uso dos dois termos como sinônimos. No presente texto, optou-se por utilizar o termo semiárido por

levar em consideração a delimitação legal realizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Atualmente, o semiárido brasileiro é composto por 1.262 municípios distribuídos pelos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (BRASIL, 2017). Na Resolução nº 107/2017-SDN (BRASIL, 2017, p. 1) é estabelecido que os municípios que estão aptos a fazerem parte do semiárido brasileiro são os que possuem pelo menos um dos seguintes critérios técnicos e científicos: “I – Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; II – Índice de Aridez de Thorntwaite igual ou inferior a 0,50; III – Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano”.

A partir da realidade existente, cabe questionar como o semiárido foi sendo desenvolvido ao longo dos anos até chegar ao que se apresenta atualmente. Por muito tempo a região do semiárido foi associada somente à seca, fome e pobreza. Os discursos da “indústria da seca”, em que afirmam ser necessário combater ou amenizar seus efeitos sobre os cidadãos, foram, historicamente, hegemônicos e as ações políticas foram baseadas nesses discursos, destacando as ações pontuais e emergenciais quanto às problemáticas existentes na região.

Segundo Santos (2019), as elites regionais propagaram que a seca deveria ser resolvida através de seu combate, o que traria como consequência o fim de todos os males que atingiam a região. Teixeira (2016, p. 785) afirma que essas políticas de combate à seca ficaram conhecidas ironicamente como Indústria da Seca devido ao fato de ser uma “política regional de mobilização de enorme soma de recursos públicos federais e regionais direcionados ao combate à seca e, ao mesmo tempo, tinha como objetivo fomentar a emergência das grandes indústrias agropecuárias do sertão”.

Ainda sobre as ações de combate à seca, aos poucos esse quadro foi sendo modificado. Santos (2019, p. 177) afirma que

A “indústria da seca”, a troca de água por voto, a reprodução de uma imagem fatalista sobre a realidade do semiárido, entre outros aspectos que definiam o quadro político dessa porção do país, particularmente nos períodos de estiagem, passaram a ser duramente criticados pelas organizações e movimentos sociais.

Com isso, ao longo dos anos percebeu-se que as políticas de combate à seca eram limitadas e que não resolvia o problema, e então se discute uma concepção que contrapõe essa política, que é denominada de convivência com o semiárido:

Ou seja, uma concepção alternativa à forma convencional de planejamento do desenvolvimento regional que, por sua vez, passou a resgatar e a desenvolver propostas e práticas sócio-políticas orientadas pela ideia de que a sustentabilidade do desenvolvimento no semiárido implica na concepção da convivência com o semiárido e na valorização do envolvimento das populações locais, notadamente a partir de suas experiências no campo da agroecologia (DINIZ; LIMA, 2017, p. 191).

No entanto, a transição para outro paradigma está em processo. Segundo Marinho e Oliveira (2013, p. 240), a proposta de convivência com o semiárido surge “como paradigma orientador do desenvolvimento sustentável” e como alternativa para esgotamento das políticas de combate às secas, que trouxeram como consequências a degradação do bioma caatinga e empobrecimento das populações rurais. Ou seja, há uma alteração na percepção de desenvolvimento na região semiárida do país, não mais em uma tentativa de mudar o presente, mas uma alternativa diferente: aprender a conviver com as características da região, buscando soluções voltadas para uma realidade concreta. Silva (2010, p. 188-189) conceitua convivência com o semiárido como:

[...] uma proposta cultural, que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriadas à semi-aridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que se foram construindo e desconstruindo ao longo da história de sua ocupação.

O discurso de imposição de desenvolvimento transposto de outros lugares vem sendo alterado e novos atores sociais e políticos entraram em ação, com Organizações Não-Governamentais (ONG) e instituições públicas de pesquisa “passaram a desenvolver propostas e a experimentar tecnologias hídras e produtivas, alternativas e apropriadas à realidade ambiental, cultural e socioeconômica do Semiárido” (SILVA, 2010, p. 71).

Para Marinho e Oliveira (2013), o paradigma de convivência com a seca ainda dá os primeiros passos, tendo como atores principais as ONGs e associações, enquanto



o Estado destina escassos recursos para a efetivação de políticas estruturais que contribuam para a convivência com o semiárido e efetivação de planos.

A partir dessa visão geral das questões que vem sendo discutidas sobre o desenvolvimento sustentável ao longo do tempo e na região do semiárido, busca-se no próximo tópico trazer um quadro geral das rádios comunitárias legalizadas inseridas no semiárido piauiense.

### **Rádios Comunitárias no Semiárido Piauiense**

A partir das discussões trazidas sobre comunicação e desenvolvimento sustentável, percebe-se a importância de se conhecer mais sobre as rádios e sua participação no desenvolvimento local. Diante disso, traz-se em seguida dados quantitativos sobre as rádios comunitárias legalizadas inseridas no semiárido piauiense.

O Piauí, um dos nove estados nordestinos, possui atualmente 224 municípios, sendo que 182 municípios estão com IDH baixo ou muito baixo (ATLAS BRASIL, 2013). Esses dados refletem a preocupante situação do Estado frente a questões importantes de desenvolvimento da economia, da educação, das condições de vida dos cidadãos.

Conforme estabelecido pela resolução nº 107/2017- SDN (BRASIL, 2017), o Piauí possui 185 municípios inseridos no semiárido, ou seja, mais de 82% de todo o território do estado está inserido nessa sub-região. Com isso, pode-se afirmar que o estado piauiense está quase totalmente inserido no semiárido.

Por ter uma grande extensão inserida no semiárido, percebe-se que há grandes diferenças nos municípios piauienses que estão localizados nessa região. Têm-se a existência de municípios com IDHM considerado alto, tais como Teresina (0,751) e Floriano (0,700) e municípios com índices considerados muito baixo, como São Francisco de Assis do Piauí (0,485), Caxingó (0,488), Betânia do Piauí (0,489), Cocal (0,497), Cocal dos Alves (0,498) e Assunção do Piauí (0,499) (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o estado do Piauí possui 117 rádios comunitárias legalizadas, sendo 98 estão em municípios do semiárido (BRASIL, 2019).

As rádios comunitárias no semiárido do Piauí estão distribuídas em 87 municípios, sendo que somente sete municípios possuem mais de uma rádio legalizada, conforme distribuição demonstrada no quadro 1.

Quadro 1 – Municípios que possuem mais de uma rádio comunitária legalizada

Nº	Município	Quantidade
1	Teresina	4
2	Batalha	3
3	Castelo do Piauí	3
4	José de Freitas	2
5	Monsenhor Gil	2
6	Pio IX	2
7	Piripiri	2

Fonte: autoria própria

Diante disso, percebe-se uma pequena quantidade de municípios que possui mais de uma rádio comunitária legalizada. Comparando quantitativamente as rádios comerciais de frequência modulada (FM), que são 265 rádios em todo o território piauiense (ANATEL, 2019), com as rádios comunitárias, estas não chegam nem a metade daquelas. Esse quadro pode ser consequência das características e os critérios estabelecidos para autorização de funcionamento das rádios comunitárias. No entanto, é necessário realização de pesquisa mais aprofundada para se confirmar os motivos dessas discrepâncias quantitativas e para conhecer mais as diferenças existentes entre esses dois tipos de rádios.

Cabe destacar, ainda, que das rádios comunitárias legalizadas, não se pode confirmar se todas as rádios legalizadas estão em pleno funcionamento, devido à grande dificuldade de se manter uma rádio sem fins lucrativos.

### **Considerações Finais**

A utilização da comunicação como ferramenta de sensibilização e conscientização do cidadão é um ponto que vem sendo cada vez mais discutido,

considerando a importância da mudança de atitude. Por isso, a importância das discussões sobre a comunicação para a mudança social.

Diante disso, destacou-se a relação das áreas de comunicação e meio ambiente através das discussões realizadas para o entendimento de como a temática vem sendo abordada nos meios de comunicação.

Percebe-se, ainda, que as pesquisas podem ser realizadas com diversos meios de comunicação, mas trabalhar com rádio comunitária é relevante para entender o contexto em que está inserido. Além disso, os produtores das rádios são integrantes da própria comunidade, tornando uma comunicação horizontal, em que produtor e receptor falam como iguais.

O levantamento quantitativo das rádios comunitárias inseridas no semiárido piauiense é o primeiro passo para buscar entendê-las de forma mais consistente, principalmente se forem consideradas a questão da comunicação para a mudança social. Além disso, pôde-se perceber que as rádios comunitárias no estado estão presentes um número menor em relação às rádios comerciais FM. Sendo que não foram consideradas nessa pesquisa as rádios de modulação em amplitude (AM) comerciais, em que essa comparação tornaria a distância ainda maior.

Buscou-se trazer ao longo do texto questões importantes a respeito da relação entre comunicação e desenvolvimento sustentável, destacando as mudanças de percepção trazidas ao longo do tempo e do modo de fazer comunicação. Essas análises são importantes para ter uma maior proximidade das duas áreas de conhecimento, possibilitando um fazer comunicacional mais voltado para as questões importantes da sociedade, assim como são as questões ambientais.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Sérgio Murilo Santos de. A região semiárida do nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. **Revista Rios Eletrônica**, ano 5, dez. 2011.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 21 set. 2018.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. Rádios comunitárias na Internet e suas novas possibilidades cidadãs no atual status das tecnologias atuais. In: CONGRESSO BRASILEIRO

---

DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37, Foz do Iguaçu, set. 2014. **Anais...** Foz do Iguaçu, RS. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1129-1.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. Rádios comunitárias brasileiras na internet: faces e interfaces da democratização da comunicação comunitária em tempos de tecnologias atuais no Nordeste. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2017.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Canais de Radiodifusão. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Resolução n. 107, DE 27 de 27 de julho de 2017. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Resolução n. 115, de 23 nov. 2017. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/resolucoes/resolucao115-23112017-delimitacaodosemiario.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9612.htm)>. Acesso em: 30 set. 2018.

DINIZ, Paulo César Oliveira; LIMA, Jorge Roberto Tavares. Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.

HANSEN, Anders. Communication, media and environment: Towards reconnecting research on the production, content and social implications of environmental communication. **International Communication Gazette**, v.73, n. 1-2, p.7-25, Fev-Mar, 2011.

LIMA, Myrian Del Vecchio de; SILVA JÚNIOR, Pedro da; LOOSE, Eloísa Belling; MEI, Danielle Scheffelmeier; SCHNEIDER, Thaís Cristina; DUARTE, Valéria Sousa. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 34, p. 75-84, ago. 2015.

MARINHO, Jefferson Roberto de Oliveira; OLIVEIRA, Vlândia Pinto Vidal de. Os Paradigmas Orientadores do Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro e suas Implicações para o Manejo dos Recursos Naturais. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 239-250, jun. 2013.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. **ECO-Pós**, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB – Brasil). **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 37, n. 2, p. 183-208, maio/ago. 2015

SANTOS, Thiago Araújo. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Rev. NERA**, v. 22, n. 46, Jan.-Abr.,2019, p. 170-194.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo sostenible y el cambio social: Una visión general. **CIC**, v. 17, 2012, p. 17-40.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, set-dez, 2016.

TORRES, B. A. . Panorama das Rádios Comunitárias. In: Nélia R. Del Bianco. (Org.). O Rádio Brasileiro na Era da Convergência. 1ed.São Paulo: INTERCOM, 2012, v. 5, p. 303-322.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática da “Primavera Árabe”. Intercom: São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, jul-dez. 2013.